

4. PLANO DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO ATINGIDA

O Plano de Atendimento à População Atingida congrega um conjunto de programas e projetos que buscam minimizar os impactos socioeconômicos sobre a população interferida pela construção da UHE Belo Monte, garantindo que as etapas de relocação das famílias e a sua reinserção em uma nova realidade socioeconômica sejam adequadamente cumpridas.

O Plano em questão foi concebido como um instrumento capaz de lidar de forma integrada com os impactos sociais previstos, de modo a minimizá-los por meio da escolha de soluções compatíveis com a realidade local e com as demandas dos diferentes grupos sociais atingidos.

A diretriz principal do Plano, que é garantir uma ação integrada entre os Programas e Projetos que o compõem, tem sido seguida por meio do estabelecimento de fluxos de integração das ações específicos entre os componentes dos Programas e Projetos e destes com os demais planos do PBA.

No que concerne à etapa de relocação das famílias, os fluxos de integração entre Projetos já se encontram consolidados, seja para a área rural como para a urbana, congregando as atividades dos Projetos de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias e de Regularização Fundiária (Projetos 4.1.2; 4.1.1; 4.4.2; 4.4.1).

Os fluxos se materializam por meio da disponibilização sistemática de listagens dos imóveis adquiridos pelo empreendedor no âmbito do Projetos 4.1.2 e 4.4.2 para os Projetos 4.1.1 e 4.4.1, responsáveis pela regularização dos mesmos, e para os demais Projetos que integram a etapa de reinserção das famílias (4.4.3, 4.4.4, 4.5.1, 4.6.1 e 4.6.2) Além disso, e particularmente para a área urbana, já na etapa de aquisição, todos os cuidados legais vêm sendo tomados para viabilizar a regularização dos imóveis, tanto os adquiridos pela Norte Energia, como aqueles destinados à população relocada.

Para a área rural, o processo de negociação com as famílias (Projeto 4.1.2) se encontra em fase final de aquisição das propriedades interferidas, incluindo a identificação, caracterização e dimensionamento das modalidades de remanejamento, tais como indenização, relocação assistida, relocação em área remanescente e reassentamento rural coletivo. Ao mesmo tempo, também já está praticamente definido o universo de imóveis interferidos que deverão ser tratados pelo outro Projeto desta área, o Projeto de Regularização Fundiária (4.1.1), o qual já tem dado encaminhamento preliminar aos casos demandados.

Apenas pouco mais de 8% da área rural ainda precisa ser negociado (157 propriedades em relação a um montante de 1.878 imóveis rurais diretamente interferidos), sendo previsto que até março de 2015 as negociações estarão concluídas, sem prejuízos, portanto, para o processo de enchimento dos reservatórios. No que tange à regularização fundiária dos imóveis, por outro lado, tendo em vista a complexidade dessa atividade e diante das especificidades da situação dominial das áreas rurais da

região, optou-se por priorizar a aquisição dos imóveis interferidos mediante a documentação disponibilizada pelos ocupantes e os levantamentos cartoriais e, em momento futuro, regularizar a propriedade em nome da Norte Energia, assim como dos imóveis que tiveram as áreas desmembradas e remanescentes em nome dos seus titulares. Dada a natureza do trabalho, este não interfere com a etapa de enchimento do reservatório.

No que diz respeito à área urbana, o processo de negociação (reassentamento, aluguel social, indenização, carta de crédito e recusa) também já se encontra em estágio avançado, restando cerca de 35% de cadastros socioeconômicos para serem negociados (5.044 negociações já foram realizadas em relação ao total dos 7.790 cadastros), com previsão de término das negociações também para março de 2015, condição que não interfere sobre o processo de enchimento do reservatório, ainda mais tendo em vista que a relocação das famílias está ocorrendo a partir das cotas mais baixas, estas em estágio bastante avançado de desocupação. Na medida em que as modalidades de remanejamento vão sendo identificadas, esta demanda é repassada para atendimento pelos projetos da etapa de reinserção, considerando-se as modalidades de indenização, reassentamento coletivo, aluguel social e relocação assistida.

No mesmo sentido, as demandas para o processo de regularização fundiária urbana vêm sendo repassadas para atendimento pelo Projeto 4.4.1 na medida em que o processo de negociação com as famílias avança. Assim como para a área rural, a conclusão desse processo se dará num horizonte de longo prazo – para as áreas adquiridas junto à população interferida, pela natural complexidade da situação dominial urbana do município e para as áreas destinadas ao reassentamento urbano e das famílias ali reassentadas, pela existência de demandas jurídicas apresentadas pela Prefeitura Municipal de Altamira, cuja conclusão é de difícil previsão. No entanto, este processo também não acarretará prejuízos para o enchimento dos reservatórios.

Para a etapa de reinserção das famílias relocadas a um novo cenário socioeconômico, os projetos que passam a atuar são aqueles que minimizam as dificuldades naturais de um processo como esse, ao mesmo tempo que fomentam o desenvolvimento de novos padrões socioeconômicos e/ou reforçam aqueles já existentes e que se mostraram ambientalmente sustentáveis.

Nesse sentido, no que concerne à etapa de reinserção, para a área rural, as demandas identificadas pelo Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias (4.1.2) continuam a ser encaminhadas para tratamento pelo projeto de Reassentamento Rural (4.1.3) e pelo Projeto de Reorganização de Áreas Remanescente (4.1.4), reassentando as famílias nas áreas remanescentes dos imóveis e coletivo, além das famílias em áreas de relocação assistida (Carta de Crédito), garantindo que haja sincronia entre a negociação e a transferência das famílias para o seu novo local de residência. São hoje 390 famílias que já se reinstalaram através destes processos, com previsão de conclusão da relocação das demais para julho de 2015, sem comprometimento do processo de enchimento dos reservatórios.

A partir da definição do novo local de moradia das famílias, passam a funcionar os fluxos de relação com os projetos que orientam as ações de mitigação dos impactos da mudança e de fomento ao desenvolvimento econômico e social, que são os Projetos de Apoio à Pequena Produção e a Agricultura Familiar (4.2.1), de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes (4.2.2) e de Reestruturação do Extrativismo Vegetal (4.2.4). Esses fluxos já estão estabelecidos e encontram-se em funcionamento, dada a continuidade do processo de negociação no Projeto 4.1.2, devendo se encerrar logo após o término das negociações com as famílias, em março de 2015, o que permitirá consolidar a dimensão do público alvo a ser atendido.

Em seu conjunto, os Projetos 4.2.1 e 4.2.2 atendem atualmente 226 famílias remanejadas, com previsão de atendimento de aproximadamente mais 200 famílias e seus trabalhos devem se encerrar em março de 2018.

Os projetos de Reestruturação do Extrativismo Vegetal (4.2.4), com término previsto para setembro de 2017, Cadeia Produtiva do Cacau (4.2.5), com implantação já encerrada, e Produção de Hortigranjeiros (4.2.6), com término previsto para junho de 2016, têm atuação mais ampla, não se restringindo às famílias remanejadas. Suas ações visam ao fomento do desenvolvimento econômico regional, beneficiando de forma direta e indireta as populações rurais e urbanas dos municípios atingidos pelo empreendimento. Não obstante, as diretrizes e ações destes dois projetos estão sendo desdobradas para o Projeto 4.2.1, garantindo, sempre que necessário, a incorporação de ações específicas desses dois projetos para as famílias remanejadas.

Dada à natureza desses projetos, o tempo de sua execução não condiciona as operações de enchimento dos reservatórios, podendo ter suas atividades revistas e/ou ajustadas ao longo de sua implantação em função dos resultados obtidos.

Ainda na área rural, mas considerando-se a população que será interferida pelo empreendimento, porém sem a necessidade de remanejamento, o Projeto 4.1.2 definiu as demandas para os projetos de mitigação dos impactos sobre estas populações considerando-se as questões do sistema viário e o saneamento rural, projetos de Recomposição da Infraestrutura Viária (4.3.1) e de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento (4.3.2). Nesse caso, o fluxo de integração entre os projetos já se encontra encerrado e se deu através de listagens de famílias interferidas e de mapas cadastrais elaborados pelo Projeto 4.1.2, e que foram remetidas para esses dois projetos.

A implantação desses dois projetos (4.3.1 e 4.3.2) ainda se encontra em andamento, com prazo de conclusão das obras necessárias para maio de 2015, não comprometendo o processo de enchimentos do reservatórios.

Para as atividades de reinserção na área urbana, as demandas identificadas pelo Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias são encaminhadas para tratamento pelo Projeto de Reassentamento Urbano (4.4.3), que acompanha os processos de reassentamento urbano, relocação assistida, aluguel social e indenização e, dada a especificidade do público alvo, pelo Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativistas de Areia e Cascalho (4.5.2).

Os fluxos de integração entre os projetos estão consolidados e em curso para a interface entre os Projeto 4.4.2 e 4.4.3, uma vez que o processo de negociação ainda se desenvolve. No caso do Projeto 4.5.2, este processo encontra-se em vias de ser encerrado, levando-se em conta que, por um lado, os oleiros proprietários optaram pela indenização em dinheiro, apesar de todos os esforços da empresa para a recomposição da atividade, e, por outro, não foram identificados impactos na atividade de extração de areia e cascalho. Entretanto, parte da categoria dos areeiros, na figura da Associação dos Areeiros do Rio Xingu (Assarixi), moveu uma ação em agosto de 2014, sendo entabulado acordo nos autos do processo, o qual ensejou a suspensão do processo enquanto a Norte Energia realize estudos sobre a atividade areeira e cadastramento dos associados. Não obstante esta situação, a consecução das atividades do Projeto não interferem com o processo de enchimento dos reservatórios.

No caso particular do reassentamento urbano, as ações do Projeto 4.4.3 irão se valer das áreas de reassentamento urbana, cujas obras são implantadas através do Projeto 5.1.7, de nome homônimo. Neste sentido, as ações do Plano 4 integram-se às do Plano 5 – Plano de Requalificação Urbana e vice e versa, seja por meio da troca de informações sobre as necessidades de infraestrutura de serviços públicos que devem estar disponíveis nos reassentamentos, como pelo *feedback* quanto ao cronograma das obras, de forma a liberar os lotes para mudança das famílias. O fluxo de integração que define as necessidades de infraestrutura de serviços públicos nos reassentamentos já está encerrado, com os reassentamentos urbanos coletivos (RUCs) já devidamente dimensionados para este quesito, estando ainda em vigência o fluxo de interação entre esses dois projetos quanto ao andamento das obras e mudança das famílias para as modalidades previstas.

Até o momento, 2.123 famílias já foram transferidas para o reassentamento urbano, o que representa mais de 50% do total previsto para os RUCs e que estão sendo acompanhadas em todo o processo da mudança e consolidação dos novos bairros pela equipe de acompanhamento social. Somam-se a elas as 48 (quarenta e oito) famílias já beneficiadas com aluguel social e 549 famílias optantes da indenização, que tiveram o apoio social no momento da mudança. Já o processo de negociação tem como resultado 5.044 famílias com as quais o empreendimento já negociou, ou seja, cerca de 65% do número de cadastros socioeconômicos registrados. As ações de remanejamento populacional estarão concluídas até março de 2015, não prejudicando as ações de enchimento do reservatório.

Cabe destacar os avanços conquistados pela Norte Energia com algumas mudanças na metodologia de negociação objetivando a agilização do processo de liberação das áreas urbanas de Altamira. Em agosto de 2014, foram constituídos os Grupos de Saneamento de Processo, que a partir da adoção de medidas de cunho gerencial e organizacional, e tomando a autonomia de decisão frente ao processo negocial, obtiveram um aumento de negociações seis vezes maior do que vinha sendo praticado.

Da mesma forma que para o remanejamento rural, iniciadas as mudanças das famílias para seus novos locais, são acionados os fluxos de integração com os projetos que orientam as ações de mitigação dos impactos da mudança e de fomento ao

desenvolvimento econômico e social na área urbana. Novamente o Projeto 4.4.3 cumpre papel importante neste processo, garantindo que as novas condições de moradia das famílias, particularmente no caso do RUC, sejam adequadamente apropriadas pelas famílias. Esse fluxo já se encontra estabelecido e está em funcionamento, uma vez que o processo de negociação com as famílias ainda se encontra em andamento.

Outros projetos que compõe este fluxo de integração são o Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviço e Industrial (4.5.1) e o Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu (4.5.3).

O fluxo de interação com o Projeto 4.5.1 está estabelecido e funcionando, com ações sendo desenvolvidas na medida em que os estabelecimentos comerciais são negociados, sendo prevista a conclusão das ações do projeto, no que se refere a capacitações, para junho de 2015 e acompanhamento das atividades econômicas recompostas (monitoramento) para dezembro de 2015, sem interferência com o processo de enchimento dos reservatórios. Por outro lado, o projeto de instalação de um estaleiro em Vitória do Xingu encontra-se em sua fase final, cabendo ainda (i) definir junto à Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu a desapropriação do terreno para construção do estaleiro e (ii) consolidar a entidade que assumirá a gestão da estrutura depois de construída, sendo que as discussões junto a trabalhadores do setor naval do município quanto à criação de uma cooperativa se encontram em estágio adiantado.

Ainda em decorrência das ações definidas no Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias, foram deflagradas atividades específicas que visam recompor alguns aspectos da territorialidade interferida. Trata-se do Projeto de Relocação de Cemitérios (4.3.3), Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços da Educação (4.8.1) e Projeto de Recomposição de Equipamentos Religiosos (4.8.2).

Os fluxos de integração das ações para o Projeto de Relocação de Cemitérios (4.3.3) e Projeto de Recomposição de Equipamentos Religiosos (4.8.2) já se encontram concluídos, tanto para as interfaces com os Projetos 4.1.2 e 4.4.2, tanto quanto para a interface dos equipamentos religiosos com o Projeto de Reassentamento Urbano (5.1.7), uma vez que algumas destas unidades serão recompostas nos novos bairros. O Projeto 4.3.3 já está concluído e o 4.8.2 está em fase de contratação das obras das edificações que serão recompostas, já devidamente situadas do ponto de vista locacional, não se constituindo obstáculo para as ações de enchimento dos reservatórios.

Cabe destacar que, conforme citado anteriormente, o Projeto de Recomposição/Adequação dos da Infraestrutura de Educação (4.8.1) interage com o projeto de Reassentamento Urbano (5.1.7) na medida em que orienta o estabelecimento desse tipo de infraestrutura nos novos bairros, porém já com fluxo de integração de ações encerrado. Por outro lado, o Projeto 4.8.1 continua com fluxo de integração ativo junto ao Projeto 4.4.3, uma vez que este último orienta sistematicamente as famílias remanejadas quanto a sua inserção na rede escolar do município. Da mesma forma, o Projeto 4.8.1 se baseia nos dados e informações levantadas mensalmente pelo Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4), integrante do Plano

7 – Plano de Relacionamento com a População, que resultam na análise da suficiência dos equipamentos frente ao fluxo migratório, mantendo ainda fluxo de integração de ações ativo. As ações do Projeto 4.8.1 continuam em implantação, com previsão de entrega das escolas para o início do ano letivo de 2016, garantindo transporte escolar para os estudantes dos novos bairros até este período, não comprometendo as operações de enchimento do reservatório.

Ainda considerando-se a recomposição da territorialidade, mas levando-se em conta a especificidade e a importância das atividades turísticas, foi definido o Programa de Restituição/Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer, que abrange ações voltadas à compensação de perdas materiais e de fomento à atividade através do Projeto de Recomposição de Praias e Locais de Lazer (4.7.1) e Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer. O fluxo de integração desses projetos, em especial o Projeto 4.7.2, está estabelecido e em andamento, em grande medida, com o projeto Parques e Reurbanização da Orla (5.1.8), integrante do Plano 5 - Plano de Qualificação Urbana, sendo as interfaces realizadas através da discussão conjunta das equipes no sentido da compatibilização dos projetos arquitetônicos e de infraestrutura previstos e integração com as diretrizes urbanísticas definidas para a cidade de Altamira.

Também decorrentes da demanda identificada no processo de negociação e remanejamento das famílias, é acionado o fluxo de integração com o Projeto de Reparação Rural e Urbana (4.1.5 e 4.4.4). O fluxo está estabelecido e em funcionamento, tendo em vista o processo de negociação rural e urbana ainda estar em curso. Até o momento, ações de reparação rural e urbana estão em implantação, prevendo-se que até setembro de 2016 todos os projetos de reparação estarão em andamento. Tendo em vista a natureza dos projetos de reparação foi estabelecido, e está em funcionamento, o fluxo de integração de ações entre esses projetos e aqueles que abarcam ações ligadas ao desenvolvimento socioeconômico e cultural. Isto ocorre por conta dos resultados do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) realizado especificamente nos reassentamentos urbanos e nos quais a população se manifesta livremente em relação às alterações ocorridas em suas vidas por conta do remanejamento. Com isto, essas informações são discutidas no Grupo de Trabalho (GT) de Interfaces com os demais Programas e Projetos, de maneira a se identificar quais ações estão previstas para serem desenvolvidas junto à população. E nas reuniões devolutivas à população, as eventuais dúvidas são esclarecidas, assim como os Programas e Projetos podem apresentar diretamente à comunidade o desenvolvimento das ações.

O Plano 4 congrega ainda dois outros projetos que têm por objetivo monitorar os aspectos sociais das famílias remanejadas e dar encaminhamento para os problemas identificados. Trata-se do Programa de Acompanhamento Social (4.6), composto pelos Projetos de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida (4.6.2) e de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs (4.6.1). Cabe ao Projeto 4.6.1 identificar demandas específicas de atendimento social, enquanto o Projeto 4.6.2 efetiva o equacionamento das demandas identificadas, encaminhando-as para as instituições conveniadas de Altamira

e Vitória do Xingu, responsáveis pelo seu atendimento. Além disso, é de responsabilidade do Projeto 4.6.2 a devolução das informações acerca do atendimento ao Projeto 4.6.1, bem como o seguimento das famílias ao longo do processo, em relação à resolutividade dos atendimentos. Quando são identificados casos de vulnerabilidade social e/ou risco pessoal que recomendam o atendimento das famílias, tais ações são realizadas tanto para a zona urbana quanto para a rural, integradas aos demais programas que trabalham junto ao público interferido. Os fluxos de integração de ações foram devidamente implantados, estão em curso e terão continuidade nos próximos períodos, não comprometendo as operações de enchimento do reservatório.

Como já destacado nos relatórios anteriores, as ações do Plano 4 contam com o apoio do Programa de Interação Social e Comunicação (7.2), responsável pela divulgação das ações, assim como pelo envolvimento da população nas discussões das atividades a serem implementadas pela Norte Energia.

Já o Plano de Articulação Institucional - PAI (Plano 6) contribui no processo de interfaces quando há necessidade do envolvimento de instituições externas, notadamente municipais, na discussão das ações a serem desenvolvidas pelos demais projetos. Isto sem falar nos resultados benéficos para as administrações públicas auferidos pelas ações já realizadas no âmbito de três dos quatro programas que o compõem, destacando-se 108 Oficinas de Planejamento e Gestão (versando sobre Saneamento, Licenciamento Ambiental, Legislação Urbana, Assistência Social e Legislação Orçamentária); criação do Fórum Microrregional de Desenvolvimento Sustentável (com oito assembleias realizadas, com a entrega do Plano de Desenvolvimento Microrregional Sustentável); elaboração de Planos Diretores para os cinco municípios e legislações complementares; implantação do Sistema de Planejamento e Gestão em andamento, com previsão de conclusão nos cinco municípios até setembro de 2015; além da realização de 23 (vinte e três) oficinas e 31 (trinta e uma) reuniões do Gabinete de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos, Sistema de Monitoramento da Suficiência da Qualidade da Prestação dos Serviços Públicos e assessoramento técnico aos municípios da Área de Influência Direta (AID) para captação de recursos utilizados nas inversões das políticas públicas de habitação e assistência social.

Por fim, cabe ainda destacar as ações de capacitação e qualificação levadas a termo no bojo do Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e ao Desenvolvimento de Atividades Produtivas, também integrante do PAI,, incluindo cursos, palestras, oficinas e consultorias, em parceria com o SEBRAE, SENAI e prefeituras da AID, voltadas aos empreendedores e sociedade em geral (1.274 capacitados). Vale também observar as parcerias com as prefeituras, formalizadas por termo de cooperação com a FIEPA/REDES, a capacitação de cerca de 400 pessoas em temas como Empreendedorismo e Cooperativismo” e orientações para regularização e aprimoramento da gestão administrativa e financeira de empresa, além das rodadas de negócios realizadas, com a participação de 515 empreendedores, culminando, entre outros fatores positivos para a dinâmica econômica regional, na indicação de 117 empresas locais a fornecerem produtos e serviços demandados na construção da UHE Belo Monte

